

A DOR DE UM INVISÍVEL NAS AGRURAS DE UM SISTEMA OPRESSOR

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137adordeuminvisivel>

Foto Lago Ávila Soares



Silmara Dias Silva
silmara.dias89@gmail.com

Assistente Social, formada desde 2016. Formação em Direitos da Criança e do Adolescente com enfoque na violência doméstica; Africanidades e Relações Raciais. Pós-Graduanda em Trabalho Social com Famílias: Desafios e Possibilidades. Atua na Política de Assistência Social desde 2016.



**A DOR DE UM INVISÍVEL NAS AGRURAS DE UM
SISTEMA OPRESSOR**

**THE PAIN OF AN INVISIBLE IN THE HARMS OF AN
OPPRESSOR SYSTEM**

**EL DOLOR DE UN INVISIBLE EN LOS DAÑOS DE UN
SISTEMA OPRESOR**

A prática profissional, nas medidas socioeducativas, é diariamente desafiadora, ainda mais com um Estado que não segue a lei. A não garantia de seus direitos e a ação punitivista do Estado contribui para que os adolescentes, em sua maioria, jovens pobres, pretos e periféricos, sejam vistos quase que exclusivamente como marginais.

Sou formada em Serviço Social; atuo há 4 anos e 3 meses na Socioeducação como assistente social, em um serviço de medida socioeducativa em meio aberto na cidade de São Paulo, na região do extremo leste, mais especificamente na região de Vila Formosa. Ao longo da prática profissional me deparei com muitos casos complexos, contudo, escolhi tecer sobre um em específico, caso esse que tive grandes desafios significativos e marcantes.

Visando e mantendo um cuidado ético e a preservação do sigilo profissional, Pedro é o nome fictício que utilizei para nomear o adolescente em questão. O adolescente chega para cumprimento da medida socioeducativa com 14 anos de idade. Ao ofertarmos uma escuta qualificada ao adolescente e a mãe, foi possível compreender que os sinais/sintomas iniciaram com 8 anos de idade.

Mesmo tão novo, seu desejo era de estar sempre na rua com seus amigos. Já nessa idade, Pedro denotava uma ânsia em ter uma vivência de um adolescente/jovem, não gostava de estar mais dentro de casa, apresentava dificuldade no cumprimento de regras e verbalizava desde pequeno, segundo a mãe: “*quero minha liberdade*” (sic).

Por vezes, ia para o farol vender balas, com o intuito de receber algum dinheiro e assim alcançar algum tipo de “*liberdade para fazer o que quiser*” (sic).

A família vive em extrema vulnerabilidade social, apresentando índices de risco, como tráfico de drogas na porta de casa, ausência de remuneração estável, trabalhos informais e/ou desemprego, evasão escolar, perda do acesso a programas de transferência de renda, dificuldade em acessar a rede de saúde, entre outros fatores. A mãe trabalha como diarista esporadicamente, o pai é aposentado por invalidez, pois perdeu a visão em um acidente de trabalho, além de apresentar problemas de saúde, como hipertensão arterial e insuficiência renal, e serem desassistidos pela rede de saúde.

A família é composta por 6 (membros), sendo Pedro (o caçula), dois irmãos, uma irmã e os pais, todos vivendo em uma residência própria, porém somente com dois cômodos para todos. Os irmãos maiores de idade encontram-se desempregados.

Ressalto que a família é preta, pobre, da periferia de São Paulo, residindo em frente a uma grande comunidade, na qual o tráfico de drogas é presente e tem o controle da região, assim o quintal de Pedro passava a ser o meio ilícito, o perigo e a violência urbana. Destaco que o ato infracional que culminou a medida socioeducativa em meio aberto foi, em primeiro ato, o tráfico de drogas, porém, foi apreendido em uma tentativa de furto de um boné em um shopping, e o último, que culminou a privação de sua liberdade, foi novamente por tráfico de drogas.

Pedro, como muitos adolescentes vulneráveis, começa contando sua história, apresentando um menino vislumbrado pela liberdade e anseio pelos bens de consumo, contaminado por uma sociedade altamente desigual, extremamente capitalista, que reforça a ideia de que quem vale mais é quem mais tem.

Pedro, ao chegar ao serviço, apresentou-se monossilábico. Com o passar do acompanhamento, busquei caminhos para acessá-lo no atendimento individual, pois em grupo, muitas vezes, era mais fácil se expressar, talvez, por estar na presença de amigos. A sala de atendimento tradicional para Pedro era o fim, nada ali naquele cenário e ambiente foi possível trabalharmos, não conseguimos refletir sobre qualquer assunto. Pedro pouco falava, mas demonstrava corporalmente seu desconforto, um menino de olhar perdido, distante, sem saber direito o que fazia ali. Sendo assim, fomos buscando estratégias, como discussão de caso em supervisão de horas técnicas, para juntos, em uma equipe multidisciplinar, alcançar estratégias para garantir um atendimento efetivo.

E aos poucos, compreendemos que sentar em um Puff no jardim, ir até a praça, dar a volta no quarteirão fazia mais sentido para Pedro. Percebemos que a rua o cativava, e dessa forma, o jardim do serviço de medida socioeducativa foi também uma ótima estratégia enquanto espaço de intervenção. Era mais fácil para Pedro ser assistido pela medida a céu aberto. Sua postura mudava visivelmente, e passamos a entender que uma mesa e duas cadeiras nunca foram confortáveis para Pedro, talvez pela lembrança do autoritarismo do Estado, nos lugares que é marcado pelo poder, tais como: delegacia, sala de audiência, escola, entre outros.

Em diversos atendimentos com Pedro, as questões sociais relevantes eram trazidas pelo menino de forma bastante expressiva, sem ele ter ciência disso. Pedro, inúmeras vezes trazia sua vulnerabilidade social em relação à sobrevivência e questões alimentares. Ele era um menino com fome.

O adolescente chegava e não conseguia se concentrar e falar o que estava acontecendo. Entendi que o caminho, para alcançar Pedro, precisaria passar pelo suprimento imediato de sua necessidade básica, pois do contrário, não conseguiria me conectar com ele. Um dia falei que ia comer um pedaço de bolo na copa do serviço de medida socioeducativa e o convidei para ir comer comigo. Porém, mesmo nitidamente com fome, Pedro se recusa a me acompanhar.

Foi aí que percebi seu mal-estar e sua ausência de autorização em realizar as refeições (lanches) dentro do serviço de medida, pois sempre que ofertávamos o alimento, Pedro dizia que não queria.

A partir de então, tendo maior atenção para esse momento do lanche, em diversos atendimentos, a comida era o ponto principal para darmos início nas intervenções com Pedro. Aos poucos fomos ganhando sua confiança, e utilizamos a cozinha do serviço de medida como espaço interventivo. Em uma conversa com Pedro, abordamos com ele o que mais gostava de comer, para assim dar início a vivência enquanto garantia de direitos dentro do serviço de medida, nesse caso, o seu direito básico a alimentação. Conseguimos assim, ofertar o que o adolescente gostava de comer, e dessa forma foi possível iniciarmos o trabalho com Pedro, abordando temas relevantes para sua sobrevivência enquanto garantia de direitos. A comida foi a porta de entrada para acessar o adolescente. Pedro tinha a compreensão que necessitava trabalhar, seja no que for, para garantir seus bens de consumo, sendo principalmente comidas que não possuía em casa, tais como: pizza, hambúrguer, doces, além de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas. Trabalhamos ao longo do acompanhamento a redução de danos, por acreditar ser uma proposta mais acessível e realista em relação ao imperativo da abstinência. Qualquer postura mais enfática acerca do consumo de substâncias, naquele momento, afastaria o adolescente do serviço, principalmente em função das defesas e resistências apresentadas por Pedro.

Portanto, utilizamos as oficinas ofertadas no serviço para vincular Pedro, dia a dia, ao espaço da medida socioeducativa, focando na redução de danos. O principal objetivo naquele momento era priorizar a saúde de Pedro, que já se encontrava com indícios de uso abusivo de drogas, denotando características de dependência química. Dessa forma, o foco se concentrou na diminuição do uso de substâncias.

Nesse sentido, nossas intervenções tinham por base ofertar novas vivências significativas dentro do universo do adolescente. Para isso, juntamente com osicineiros do serviço, montamos estratégias de alcance, com o objetivo de despertar, através da ludicidade, o interesse de Pedro em outras vivências.

Sabíamos e possuímos total entendimento de que, mesmo alcançando apenas pequenos valores financeiros com o tráfico de drogas e com os pequenos furtos, essa era a única vivência concreta que ofertava a Pedro o real sentido de pertencimento social, principalmente ligado ao direito ao consumo, sendo tanto o tráfico como o furto, quem ofertava a ele tal possibilidade de inserção social.

Com isso, nosso maior desejo seria o de ofertar algo que pudesse servir de contrapeso em relação ao retorno financeiro, algo que pudesse competir de forma equilibrada com o tráfico de drogas e os furtos. Contudo, em razão da pouca idade, evasão escolar, bem como seu total desconhecimento do mercado formal de trabalho, Pedro infelizmente, não possuía o perfil desejado pelas empresas para iniciar algum trabalho como jovem aprendiz. Dessa forma, nossas intervenções concretas e combativas frente a criminalidade, se reduziram drasticamente, sendo essa característica, tristemente, não localizada somente no caso de Pedro, pelo contrário, indo ao encontro da realidade da maioria dos adolescentes assistidos pelo serviço.

Como alternativa então, Pedro foi inserido na oficina de Aerografia (pinturas de camisetas), cabeleireiro, mecânica de motos e rap. Pedro evidenciava bastante satisfação em pintar as camisetas, tal como uma criança que gosta de desenhar. Na oficina de cabeleireiro participava como modelo na maioria das vezes e na oficina de mecânica de motos e rap, utilizava como espaço de reflexão sobre a retomada dos seus estudos.

Nas oficinas Pedro era mais falante com seus amigos e oficinheiros, se sentia livre para falar de seu dia a dia, sem o medo de contar dos seus envolvimento com a criminalidade, dos passeios que dava, para onde ia e de onde vinha. Naquele espaço e com aquelas pessoas, ele podia ser quem ele era, por mais que eu deixasse claro que nossas conversas eram sigilosas, Pedro não se sentia seguro e compreendemos do nosso lugar para todos os atendidos, que é como fossemos um braço do juiz. Assim trabalhamos para desmistificar esse lugar.

Após esse momento, com mais dados trazidos pelo adolescente, tivemos acesso as inúmeras informações, envolvendo violações sofridas por Pedro ao longo de sua história. Com isso, conseguimos ampliar o acesso a rede de apoio vinculada a medida socioeducativa envolvendo outros serviços e atores sociais da rede.

Assim, iniciamos o trabalho de articulação com a rede de apoio da região Aricanduva/Carrão/Vila Formosa, para viabilização dos direitos do adolescente e de sua família. Vale lembrar que Pedro “já estava inserido e já era assistido” pela rede da região por cerca de 6 anos, passando pelos equipamentos: SASF – Serviço de Assistência Social a Família, CT - Conselho Tutelar , CAPS IJ – Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil, EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental, CEU – Centro Educacional Unificado.

Contudo, mesmo “inserido” na rede, a família vivenciava invisibilidade social expressiva, como por exemplo, Pedro começou apresentar muitas ausências na unidade escolar, foi encontrado na baixada santista junto com alguns amigos quando tinha apenas 8 anos de idade, teve muitas demandas de saúde por conta de anemia, também foi encontrado pelo conselho tutelar diversas vezes pelas ruas em situações de riscos, muitas vezes sob o efeito de substâncias psicoativas, entre outras situações envolvendo vulnerabilidades e risco.

Infelizmente, Pedro volta a existir para a rede somente após dar entrada na medida socioeducativa. Torna-se novamente visível para sociedade, porém agora a partir do ato infracional, isto é, parece que o crime, infelizmente, ofertou a Pedro o ressurgimento enquanto demanda social dentro do funcionamento da rede.

Conseguimos movimentar os serviços públicos e sociais para juntos buscar encaminhamentos para o adolescente. Cabe destacar que Pedro compreendia que o tráfico de drogas era uma possibilidade de trabalhar, visto que parou de estudar e não conseguiria uma oportunidade como jovem aprendiz, principalmente por ainda estar na 3^o série do ensino fundamental.

Após sensibilizarmos Pedro a retomar os estudos, ele conseguiu dar conta, por um curto período, mesmo incluindo o adolescente no MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, pois Pedro não era alfabetizado e já estava com 14 anos de idade, entendemos ser um dificultador o seu retorno para a rede de ensino tradicional, e infelizmente, Pedro volta a evadir do ambiente escolar.

De alguma forma, além das dificuldades de comportamento e aprendizagem do adolescente, o ambiente escolar anterior ao MOVA parecia também não possuir um plano pedagógico individualizado para Pedro, tornando a escola um lugar pouco atrativo, hostil e onde o menino não se sentia parte. Pedro chega com esse histórico traumático e negativo acerca do ambiente escolar, não dando conta de permanecer também no MOVA.

Ao longo desse processo, ao realizarmos a articulação com a rede, com novas reuniões de matriciamento e discussão de caso, para termos uma devolutiva sobre o acompanhamento do adolescente e todas as ações realizadas. Nesse momento nos deparamos com falhas expressivas da rede, com a desproteção social, ou seja, a falta de proteção social é uma das grandes realidades vivenciadas no município de São Paulo, com políticas públicas sociais não suficientes para atender a população, assim como, quando ocorre algum tipo de assistência, a precarização do trabalho torna-se presente, e quem "paga" é o sempre a parte mais frágil, nesse caso, o usuário dos serviços.

Sempre tento sustentar minha atuação profissional com base no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na luta diária para romper com o olhar do assistencialismo que impera ainda em nossa sociedade e cultura. Ao invés de se constituir um olhar voltado para a garantia de direitos, o equivocado olhar da caridade infelizmente ainda impera em muitos cenários, inclusive, infelizmente, em boa parte dos adolescentes em conflito com a lei e suas respectivas famílias.

Diante de tanta complexidade, fomos envolvendo os serviços da rede, tais como CAPS, UBS, SASF, Conselho Tutelar para garantirmos minimamente um acompanhamento ao adolescente e sua família. Demos então seguimento ao trabalho de rede, realizando discussão de caso mensalmente para alinharmos as ações que seriam realizadas. Tivemos grandes desafios, pois foi possível analisar que as equipes seguem um padrão de atendimento aos usuários, que muitas vezes, não faz sentido para aquele indivíduo.

Pedro, dia a dia, foi ganhando confiança na minha figura de técnica do serviço de medida socioeducativa. Consegui que ele refletisse ao longo dos atendimentos os riscos sociais de seu entorno. Pude ver, por um período, uma ótima evolução do adolescente, contudo, a mãe, durante um atendimento, menciona o universo do tráfico de drogas que existia próximo a sua casa, sendo muito chamativo e atraente para Pedro, pois segundo ela, o tráfico tinha o poder de subsidiar algumas de suas necessidades e sonhos, pontos esses, que não dávamos conta em combater enquanto serviço. A concretude das necessidades e desejos de Pedro, tristemente, não era alcançada por nós. Nesse sentido, o tráfico de drogas era o vitorioso.

Nesses quatro anos de atuação em medida socioeducativa dentro do território de Vila Formosa, uma vivência frustrante e corriqueira impera, pois não conseguimos ganhar do tráfico de drogas, no que se refere as “garantias” que o mundo do crime oferta. Na região onde Pedro residia, o tráfico estava na sua porta, em seu cotidiano, no seu quintal, fenômeno esse que Pedro, assim como tantos outros adolescentes em conflito com a lei, naturalizava, internalizado como algo pertencente a sua vida, pertencente ao seu dia a dia, infracionando ou não.

Não tínhamos, por vezes, caminhos tão cativantes quanto a ilusão e a assistência ofertados pelo tráfico de drogas ou pela realidade dos furtos e roubos.

Acompanhamos o adolescente na tentativa de manter Pedro vinculado ao serviço de medida, porém as dificuldades foram crescendo, o uso abusivo de substâncias psicoativas, foi atrapalhando Pedro dia a dia a dar conta de suas responsabilidades. A mãe com muita sobrecarga envolvendo as demandas de dona de casa, os cuidados com o esposo com deficiência visual, o trabalho e a complexidade da situação de Pedro, levavam essa mulher a um sentimento de solidão e desamparo gigantesco. Tiveram momentos, por exemplo, que da mãe saia vagando pelas ruas em busca de seu filho, sem nenhum respaldo da rede, sem apoio do conselho tutelar, com medo da polícia, entre outras questões. Assim, a mãe já verbalizava que não tinha mais forças e que já não daria conta de tudo.

Compreendemos que a medida socioeducativa, mesmo sendo o serviço de maior vinculação do adolescente, precisaria perder um pouco o protagonismo junto a Pedro, pois os cuidados de sua saúde necessitavam transformar-se em prioridade, pois o uso abusivo de substância psicoativa recomeçou a denotar características de uso abusivo, colocando o adolescente em situações de bastante vulnerabilidade. Percebemos que seu processo de retorno para um uso abusivo de substâncias aumentou quando seu cenário familiar e social denotaram maior vulnerabilidade e fragilidade, tirando de Pedro o pouco foco em si mesmo que havia conquistado dentro da medida. Pedro estava ficando dias e dias fora de casa, e não tínhamos mais nenhuma estratégia para não perdemos o adolescente.

Diante de tal cenário, informamos ao judiciário a gravidade do caso e que a prioridade de Pedro, naquele momento, era a sua saúde. Segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE (2012), em situações como essa, a medida pode ser suspensa, dando espaço, para a priorização das demandas de saúde. Assim, ao informamos o poder judiciário, esse último decidiu marcar uma audiência para oitiva. Contudo, um dia antes da audiência, Pedro foi apreendido novamente, em um novo ato infracional ligado ao tráfico de drogas. Atualmente Pedro está internado na Fundação Casa, por tempo indeterminado, podendo ficar internado por até 3 anos, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (2021).

Estamos em contato com a unidade de internação, e realizaremos uma visita na unidade, para mantermos o vínculo com Pedro, pois possivelmente o poder judiciário determinará o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto após a sua saída do regime de internação. Tivemos, por enquanto, somente a devolutiva que o adolescente está estudando e realizando cursos ofertados pela unidade de internação.

Neste período, mantemos contato com a mãe, e a mesma verbaliza que está realizando visita para seu filho. No início conta que foi difícil vê-lo muito triste e com medo pela internação e pelas características violentas e coercitivas da medida de internação. Atualmente sentimos que a mãe parece denotar certa tranquilidade em ver o filho em regime de internação, mais sossegada em ver Pedro recebendo certa continência e enquadre. É triste observar que, foi necessário que tal fato ocorresse para que essa mãe sentisse um pouco de tranquilidade acerca da segurança de seu filho, sendo necessário o estabelecimento de outros tipos de violência institucional como prerrogativa de seu sossego como mãe.

A mãe também nos traz uma carta escrita por Pedro, no qual me emociono com suas palavras de agradecimentos pelo período que o acompanhei, pedindo desculpas por tudo, assumindo todas as responsabilidades para si pelo seu feito, sem demonstrar qualquer tipo de crítica acerca do fato de também ser um produto social construído e desenvolvido. Assim, trabalhar na socioeducação é remar contra a maré dia a dia, visto termos um Estado branco, elitista, racista que pune nossos adolescentes e jovens diariamente, por serem pretos pobres e da favela.

Apesar de todos os avanços até os dias atuais, o racismo estrutural massacra a população dia a dia, pois a falta de acesso à informação é uma ausência importante para o sistema capitalista, visto no tratamento do sistema de justiça com os adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa e também pela abordagem policial, no qual os adolescentes verbalizam diversas vezes a diferenciação no tratamento de meninos pretos e brancos.

Com o breve contexto histórico, cabe destacar que o tratamento de nossas crianças negras no Brasil foi muito perverso. Desde seu nascimento já aprendem a servir os seus senhores, vítimas de abandono e ficando sujeitas a todos os riscos sociais. Cabe ao Estado encontrar alternativas para responder à demanda que se manifestava enquanto um acentuado reflexo da questão social. Porém, esse é o mesmo Estado que reproduz o racismo, o preconceito, discriminação, negligência, situações de violações de direitos, ou seja, nossos adolescentes e jovens estão à mercê de um sistema punitivo e que não há nenhuma perspectiva de mudança, pois o poder judiciário é elitista, racista e arbitrário nas execuções das medidas socioeducativas aplicadas. Infelizmente, a Defensoria Pública não consegue dar o respaldo necessário que a população atendida necessita, e uma cascata de violações são vivenciadas dia após a dia.

Pedro, aquele menino que chega ao serviço de medida com fome, mas sem noção de seu direito de comer, me ensinou que eu tinha e tenho muito a apreender como assistente social de um serviço de medida socioeducativa. Aprendi que para acessarmos alguns universos, precisamos nos desconstruir de nossos supostos saberes, saindo de nossas técnicas mais cotidianas e óbvias, indo ao encontro de intervenções mais livres, focadas no olhar singular e na sensibilidade empática necessária como base.

Ao mesmo tempo, para isso, é fundamental permitir que o outro, em sua simplicidade, te leve e te conduza para tal encontro. A fome de Pedro foi quem me conduziu até ele, quando percebi e pude priorizar, naquele momento, sua necessidade mais básica. Sem isso, sem essa capacidade de sair do óbvio, não seria possível acessá-lo.

Fui percebendo também que a fome de Pedro era mais do que fome de comida. Pedro era faminto de dignidade, de cidadania, de oportunidade e de direito. Pedro me oportuniza observar que tal fenômeno, infelizmente, percorre o cotidiano de tantos outros adolescentes que se encontram na mesma situação que ele. Dessa forma, nossa tarefa consiste também, enquanto Estado, olhar para esses famintos e ofertar para eles aquilo que lhes é de direito, aquilo que é garantido por lei, que com certeza, é muito mais do que um pedaço de bolo. Seguimos na luta!...

Assim, encerro com um poema de Samuel Porfirio¹, um dos oficinairos que passou pelo serviço de medida socioeducativa em que trabalho, e que nos traz a vivência de muitos Pedros de nossa sociedade:

¹ Samuel Porfirio compôs esse poema especialmente para Pedro, pois foi oficinairo do serviço de medida socioeducativa em meio aberto, no qual Pedro participou de sua oficina de Rap. Samuel também teve contato com o adolescente agora dentro da Fundação Casa, instituição essa em que também atua como oficinairo.

Pedro, menino que desde cedo aprendeu a não ter medo / Menino que sempre precisou ser mais ligeiro / Driblando o nevoeiro, em meio ao tiroteio, preconceitos e morteiros / Menino preto, com peso de uma sociedade racista e classista / Menino sem freio, longe do seio a mercê do pleito / Menino sem leite, negado por quem foi eleito, preterido por terceiros / Menino que sonhou com o máximo, tendo menos que o mínimo, labirinto do mais do mesmo / Menino que confunde o ronco do estômago com o roncar de uma moto / O brilho dos olhos com o farol de um carro / Menino que vendia bala no semáforo pra sobreviver e que escapa das balas para não morrer / Menino iluminado pela luz do giroflex, que não tem uniforme da escola, mas tem seu uniforme na fundação casa/ Aliás casa se tivesse, a pele que te veste é alvo de quem tem a pele alva / Pedro, retira pedras, a palpa o ferro / Pedro, aperta firme o gatilho do surto social / Pedro é mais uma pedra no caminho / Pedro será a pedra no sapato do sistema/.

COMO CITAR ESTE TEXTO

Silva, Silmara D. (2023). A dor de um invisível nas agruras de um sistema opressor **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, v. 9, n.1, 214-229. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137adordeuminvisivel>

RECEBIDO EM: 25/02/23
APROVADO EM: 19/03/23